

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Em cumprimento aos dispositivos Legais e Estatutários, apresentamos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Porto Alegre, 17 de março de 2014.

A DIRETORIA

### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

#### 1 - BALANÇO PATRIMONIAL - (em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	2013	2012	PASSIVO	NOTA	2013	2012
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>104.056</b>	<b>137.420</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>2.167.820</b>	<b>1.822.497</b>
Disponibilidades		20.519	23.034	Fornecedores		29.869	11.687
Contas a receber de clientes		25.581	16.992	Impostos e contribuições com exigibilidade suspensa	(11)	1.531.777	1.238.773
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	(1.771)	(4.770)	Obrigações trabalhistas		31.199	4.722
Recursos a receber de órgãos governamentais		-	150	Obrigações tributárias		328	125
Estoques	(5)	6.282	9.547	Obrigações com órgãos governamentais		640	833
Adiantamentos a empregados		9.055	8.337	Provisões trabalhistas		98.571	85.775
Tributos a recuperar		2.380	2.271	Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(12)	462.005	468.157
Depósitos vinculados ou restituíveis	(6)	40.958	80.738	Subvenções e assistências governamentais	(13)	10.315	9.296
Outras contas a receber		1.029	1.076	Outras contas a pagar		3.116	3.129
Despesas antecipadas		23	45	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>453.310</b>	<b>337.367</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>295.763</b>	<b>274.817</b>	Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(12)	330.495	229.201
Realizável a longo prazo	(7)	55.042	48.261	Tributos diferidos		21.434	22.113
Investimentos	(8)	6.705	123	Subvenções e assistências governamentais	(13)	101.381	86.053
Imobilizado	(9)	233.079	225.297	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>(2.221.311)</b>	<b>(1.747.627)</b>
Intangível	(9)	937	1.136	Capital social	(14)	7.446	7.446
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>399.819</b>	<b>412.237</b>	Reserva de reavaliação em bens próprios		16.611	16.865
				Ajustes de avaliação patrimonial	(15)	34.027	35.091
				Prejuízos acumulados		(2.279.395)	(1.807.029)
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>399.819</b>	<b>412.237</b>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

#### 2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (em milhares de reais)

	NOTA	2013	2012
<b>RECEITA BRUTA</b>		<b>996.621</b>	<b>701.331</b>
Prestação de serviços		167.278	116.757
Subvenção para custeio	(13)	829.343	584.574
<b>Deduções da receita bruta</b>		<b>(4.179)</b>	<b>(5.097)</b>
Impostos sobre serviços	(11)	(3.368)	(2.339)
Abatimentos e descontos sobre serviços		(811)	(2.758)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>992.442</b>	<b>696.234</b>
Custo dos serviços prestados	(11)	(1.073.419)	(685.651)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>(80.977)</b>	<b>10.583</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(315.601)</b>	<b>(161.506)</b>
Despesas gerais e administrativas	(11)	(103.823)	(76.699)
Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas		(220.741)	(133.691)
Reversão de provisões		1.642	36.149
Transações com partes relacionadas	(10)	-	5.375
Outras receitas operacionais		7.321	7.360
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>(396.578)</b>	<b>(150.923)</b>
Despesas financeiras	(11)	(84.170)	(50.674)
Receitas financeiras		6.368	2.718
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>(474.380)</b>	<b>(198.879)</b>
Provisão para contribuição social	(11)	-	(9.221)
Provisão para o imposto de renda	(11)	-	(28.904)
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	(20)	<b>(474.380)</b>	<b>(237.004)</b>
<b>PREJUÍZO POR AÇÃO - EM R\$</b>		<b>(4,20)</b>	<b>(2,10)</b>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

#### 3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	NOTA	2013	2012
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO atribuível a controladores</b>	(20)	<b>(474.380)</b>	<b>(237.004)</b>
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(15)	(1.064)	(603)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial em coligadas	(15)	-	(4.992)
<b>RESULTADO ABRANGENTE atribuível a controladores</b>		<b>(475.444)</b>	<b>(242.599)</b>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

#### 4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	Reservas de reavaliação		Ajustes de avaliação patrimonial		Prejuízos acumulados	Total
			Em bens próprios	Em coligadas	Em bens próprios	Em coligadas		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>		<b>7.446</b>	<b>9.638</b>	<b>2.051</b>	<b>18.032</b>	<b>4.992</b>	<b>(990.349)</b>	<b>(948.190)</b>
Realização das reservas de reavaliação		-	(177)	(2.051)	-	-	2.228	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(15)	-	-	-	(603)	(4.992)	5.595	-
Transferência por incorporação de reserva de reavaliação		-	8.717	-	-	-	-	8.717
Transferência por incorporação de tributos sobre reserva de reavaliação		-	(1.313)	-	-	-	-	(1.313)
Transferência por incorporação dos ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	26.760	-	-	26.760
Transferência por incorporação dos tributos sobre ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(9.098)	-	-	(9.098)
Resultado da incorporação		-	-	-	-	-	(589.314)	(589.314)
Cancelamento das ações das empresas incorporadas		-	-	-	-	-	1.815	1.815
Prejuízo do exercício	(20)	-	-	-	-	-	(237.004)	(237.004)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>7.446</b>	<b>16.865</b>	<b>-</b>	<b>35.091</b>	<b>-</b>	<b>(1.807.029)</b>	<b>(1.747.627)</b>
Realização da reserva de reavaliação		-	(254)	-	-	-	254	-
Realização da provisão para CSLL e IRPJ sobre a reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	131	131
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(15)	-	-	-	(1.064)	-	1.064	-
Realização da provisão para CSLL e IRPJ sobre os ajustes de avaliação patrimonial	(15)	-	-	-	-	-	549	549
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	16	16
Prejuízo do exercício	(20)	-	-	-	-	-	(474.380)	(474.380)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>7.446</b>	<b>16.611</b>	<b>-</b>	<b>34.027</b>	<b>-</b>	<b>(2.279.395)</b>	<b>(2.221.311)</b>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

**5 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	NOTA	2013	2012
<b>RECEITAS</b>		<b>1.003.750</b>	<b>791.835</b>
Prestação de serviços		166.467	113.998
Subvenção para custeio	(13)	829.343	584.574
Outras receitas		9.804	97.065
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD		(1.864)	(3.802)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		<b>(194.359)</b>	<b>(185.861)</b>
Custo dos serviços prestados		(168.420)	(117.629)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(15.645)	(11.916)
Provisão para indenizações cíveis		(10.294)	(8.607)
Perdas com partes relacionadas	(10)	-	(47.709)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>809.391</b>	<b>605.974</b>
<b>DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	(9)	<b>(16.350)</b>	<b>(11.350)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>		<b>793.041</b>	<b>594.624</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		<b>6.368</b>	<b>2.718</b>
Receitas financeiras		6.368	2.718
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>799.409</b>	<b>597.342</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>799.409</b>	<b>597.342</b>
<b>Pessoal</b>		<b>984.676</b>	<b>602.313</b>
Remuneração direta		890.789	555.587
Benefícios		37.559	8.012
FGTS		56.328	38.714
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>196.676</b>	<b>177.672</b>
Federais		192.889	175.108
Estaduais		1	4
Municipais		3.786	2.560
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>92.437</b>	<b>54.361</b>
Juros		84.170	50.674
Aluguéis		8.267	3.687
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>(474.380)</b>	<b>(237.004)</b>
Prejuízo do exercício	(20)	(474.380)	(237.004)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

**6 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO**  
(em milhares de reais)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NOTA	2013	2012
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(20)</b>	<b>(474.380)</b>	<b>(237.004)</b>
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	(9)	16.350	11.786
Perdas estimadas com investimentos	(8)	10	20
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD		1.864	3.802
Renda com investimentos	(8)	(344)	-
Custo do imobilizado baixado	(9a)	831	419
Realização das subvenções para custeio	(13)	(829.343)	(584.574)
Realização das subvenções para investimentos	(13)	(16.134)	(6.420)
<b>Prejuízo do exercício ajustado</b>		<b>(1.301.146)</b>	<b>(811.971)</b>
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) em contas a receber de clientes		(13.423)	(3.409)
Redução (aumento) nos estoques		3.265	(3.366)
Redução (aumento) nos depósitos vinculados ou restituíveis		39.780	(72.534)
(Aumento) em outras contas a receber		(7.419)	(20.209)
Aumento nos fornecedores		18.182	4.417
Aumento em impostos e contrib. com exigibilidade suspensa		292.975	592.215
Aumento nas provisões para indenizações cíveis e trabalhistas		95.143	323.236
Aumento em outras contas a pagar e provisões		39.270	21.136
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>		<b>(833.373)</b>	<b>29.515</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Compras de investimentos		-	(35)
Compras de imobilizado	(9a)	(30.966)	(105.230)
Compras de intangível	(9b)	-	(494)
Incorporação de empresas coligadas		-	(562.433)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>		<b>(30.966)</b>	<b>(668.192)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Recebimento de subvenções para custeio	(13)	829.343	584.568
Recebimento de subvenções para investimentos	(13)	32.631	62.700
Baixa de subvenção para investimentos	(13)	(150)	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>		<b>861.824</b>	<b>647.268</b>
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIV. DE CAIXA</b>		<b>(2.515)</b>	<b>8.591</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO</b>		<b>(2.515)</b>	<b>8.591</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		23.034	14.443
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		20.519	23.034
<b>Composição do saldo do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>20.519</b>	<b>23.034</b>
Disponibilidades em conta corrente		10.161	13.510
Disponibilidades em aplicações financeiras		10.358	9.524

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

**7 – NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(em milhares de reais)

**NOTA 1 - CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS**

Juridicamente o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. é uma sociedade de capital fechado e *empresa estatal dependente* controlada pela União Federal vinculada ao Ministério da Saúde através do artigo 146 do Decreto nº 99.244/90, sujeita à Lei das Sociedades Anônimas, nº 6.404/76 e à Lei nº 4.320/64, com suas respectivas alterações e à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União. A sociedade que possui interesse e utilidade pública, tem o fim exclusivo de, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, planejar, gerir, desenvolver e executar ações e serviços de saúde, inclusive com a manutenção de estabelecimentos hospitalares, bem como de ensino técnico e superior, e pesquisa científica e tecnológica na área de saúde, tudo de acordo com os princípios, normas e objetivos constitucionais e legais do Sistema Único de Saúde – SUS, consoante as determinações do Ministério da Saúde.

**NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC com base: (i) nas disposições contidas na legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações, incluindo a aplicação das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09); (ii) na opção, desde 2008, pelo Regime Tributário de Transição – RTT; e (iii) em 2010, na adoção das normas internacionais, que geraram ajustes de avaliação patrimonial contabilizados no patrimônio líquido. As contas do ativo não circulante, investimentos, imobilizado e intangível, e do patrimônio líquido encontram-se corrigidas até 31 de dezembro de 1995 conforme dispõe o artigo 4º da Lei nº 9.249/95. Em 10 de fevereiro de 2014 a diretoria autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

**NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Receitas e despesas**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de subvenções para custeio são reconhecidas no resultado do exercício quando utilizadas, conforme disposto no item 12 da NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, alterada e consolidada em 11 de dezembro de 2013, e aprovada pela Resolução CFC nº 1.305/10 de 25 de novembro de 2010.

**b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa**

Foi constituída de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.430/96 e o artigo 46 da Instrução Normativa SRF nº 390/04 (nota 4).

**c) Estoques**

São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado (nota 5).

**d) Investimentos**

Outros investimentos foram ajustados ao preço de mercado ou ao valor de realização estimada (nota 8).

**e) Imobilizado**

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente conforme legislação vigente até 31 de dezembro de 1995 (custo histórico). Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. Desde 2009, as depreciações foram calculadas com base no tempo de vida útil estimado para a utilização dos bens. As benfeitorias em imóveis de terceiros foram depreciadas em função da vigência indeterminada dos contratos e as edificações em imóveis de terceiros foram amortizadas pelo tempo de vigência do contrato. Em 2010 foi adotado o *custo atribuído* conforme Interpretação Técnica – ICPC 10 que gerou ajuste de avaliação patrimonial (nota 9).

**f) Intangível**

Está demonstrado ao custo de aquisição e desde 2009 a amortização é calculada com base no tempo de vida útil estimado para a utilização dos bens (nota 9).

**g) Impostos e contribuições com exigibilidade suspensa**

Os impostos e contribuições federais e municipais estão sendo questionados em ações judiciais solicitando imunidade tributária (nota 11).

**h) Tributos diferidos**

Referem-se às provisões para imposto de renda e contribuição social de longo prazo calculados sobre a reserva de reavaliação, constituída em 1997, e sobre os ajustes de avaliação patrimonial, registrados em 2010. Em função da realização, em 2012, parte dos seus valores foram transferidos para o passivo circulante, cuja exigibilidade está suspensa. Em 2013 como não teve provisão do imposto de renda e contribuição social, o valor realizado foi transferido para a conta de prejuízos acumulados.

**i) Provisões para contribuição social e imposto de renda**

As provisões para contribuição social e imposto de renda sobre o lucro foram calculadas com base nos preceitos legais e fiscais vigentes, cujos valores estão reconhecidos no resultado do exercício de 2012. Em 2013 a base de cálculo da provisão para o imposto de renda e contribuição social, foram negativas (nota 11).

**NOTA 4 - PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

Descrição	2013				2012			
	Sistema Único de Saúde	Pessoal cedido a outros órgãos	Outros	Total	Sistema Único de Saúde	Pessoal cedido a outros órgãos	Outros	Total
Saldo inicial	(4.605)	(165)	-	(4.770)	(1.773)	-	(4)	(1.777)
Perdas estimadas	(109)	(1.720)	(6)	(1.835)	(3.796)	(6)	-	(3.802)
Baixas ou transferências	4.714	120	-	4.834	1.773	-	4	1.777
Valor incorporado	-	-	-	-	(809)	(159)	-	(968)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>(1.765)</b>	<b>(6)</b>	<b>(1.771)</b>	<b>(4.605)</b>	<b>(165)</b>	<b>-</b>	<b>(4.770)</b>

O saldo acumulado da conta é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos e a perda estimada referente pessoal cedido a outros órgãos teve parte do seu valor, R\$ 120, transferido para o realizável a longo prazo em 2013 (nota 7) em função do prazo previsto de realização da ação judicial de cobrança.

**NOTA 5 - ESTOQUES**

Contas	2013	2012
Almoxarifados	4.100	7.436
Farmácias	1.345	1.449
Sub-almoxarifados	837	662
<b>Total</b>	<b>6.282</b>	<b>9.547</b>

Os estoques se compõem de materiais de consumo a serem utilizados ou consumidos no processo de prestação de serviços e estão agrupados por local de armazenamento.

**NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS OU RESTITUÍVEIS**

Contas/descrição	2013	2012
<b>Cíveis</b>		
Saldo anterior	2.585	1.244
Depósitos	1.145	573
Depósitos transferidos das empresas incorporadas	-	762
Depósitos transferidos para contas do longo prazo	(74)	-
Rendimentos	1	6
Pagamentos	(311)	-
<b>Subtotal</b>	<b>3.346</b>	<b>2.585</b>
<b>Trabalhistas</b>		
Saldo anterior	78.153	6.960
Depósitos	37.447	66.128
Depósitos transferidos das empresas incorporadas	-	26.374
Rendimentos	2.981	535
Pagamentos	(81.033)	(21.874)
Transferências do realizável a longo prazo	64	30
<b>Subtotal</b>	<b>37.612</b>	<b>78.153</b>
<b>Total</b>	<b>40.958</b>	<b>80.738</b>

A preponderância deste saldo refere-se a depósitos judiciais vinculados às ações com trânsito em julgado registradas no passivo circulante em obrigações trabalhistas e outras contas a pagar no montante de R\$ 32.868, em 2013 (R\$ 5.623, em 2012).

**NOTA 7 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

Contas	2013	2012
Depósitos judiciais cíveis	984	1.045
Depósitos judiciais trabalhistas	43.692	39.000
Pessoal cedido a outros órgãos	2.303	2.154
Créditos a receber de ações judiciais tributárias	8.494	8.216
Repetição de indébito do ICMS	1.773	-
Créditos a receber de outras ações judiciais	99	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.303)	(2.154)
<b>Total</b>	<b>55.042</b>	<b>48.261</b>

Os depósitos judiciais cíveis são para garantia de pagamento de processos em andamento sem prazo estimado para realização e estão sendo corrigidos pelo índice de correção da poupança. Os depósitos trabalhistas são para recursos ordinários e revista, e estão depositados na Caixa Econômica Federal – CEF. A atualização é feita pelo mesmo coeficiente de remuneração das contas vinculadas utilizado por aquela instituição financeira. São liberados pela justiça por alvará para pagamento de dívidas trabalhistas aos reclamantes como também podem retornar para o hospital. Os créditos a receber de ações judiciais tributárias se referem a ações de repetição de indébito da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e multas pagas espontaneamente sobre tributos federais. A repetição de indébito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS no valor de R\$ 1.773 está vinculado ao processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 04 de novembro de 2013, referido na nota 11. Durante o exercício foram registradas as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 29 e transferido do curto prazo R\$ 120, totalizando uma variação de R\$ 149.

**NOTA 8 - INVESTIMENTOS**

Contas	2013	2012
Participação em fundos de investimentos	2.160	2.160
Participação em outras empresas	89	89
Outros investimentos - Associação dos Hospitais de Porto Alegre - AHPA	6.592	-
Perdas estimadas com investimentos	(2.136)	(2.126)
<b>Total</b>	<b>6.705</b>	<b>123</b>

A participação em fundos de investimentos são aplicações no Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR e Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, para estes investimentos e para as participações em outras empresas foi contabilizada a expectativa de perdas de R\$ 10, em 2013, e de R\$ 20, em 2012, a fim de adequá-los ao preço de mercado. Quanto a participação na Associação dos Hospitais de Porto Alegre – AHPA, trata-se de uma associação com característica efetiva de participação societária, porém, sem previsão de remuneração monetária direta, exceto no caso de eventual retirada do Hospital de tal Associação (retorno do investimento acrescido da variação do IGPM-FGV, conforme previsto no estatuto social da Associação). Tal participação gera um ganho monetário indireto pelo serviço de lavanderia prestado com preço favorecido restrito ao preço de custo acrescido de pequena margem de ganho para fins de capital de giro da Associação. O valor da participação inicial foi de R\$ 6.248 e está acrescido de R\$ 344 referente a atualização pelo IGPM-FGV, totalizando R\$ 6.592.

**NOTA 9 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

**a) Composição do saldo e movimentação do custo do imobilizado**

Contas	2012		2013		
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
<b>Imobilizado</b>					
Terrenos	39.373	-	-	-	39.373
Edificações	100.813	-	(1)	-	100.812
Edificações em imóveis de terceiros	228	-	-	-	228
Benefitorias em imóveis de terceiros	2.522	-	-	-	2.522
Instalações	23.493	245	(527)	1.395	24.606
Instalações em imóveis de terceiros	9	-	-	-	9
Bens imóveis em poder de terceiros	1.545	-	-	(1.545)	-
Máquinas e equipamentos hospitalares	120.259	11.684	(4.074)	350	128.219
Outras máquinas e equipamentos	6.232	304	(142)	98	6.492
Móveis e utensílios	12.399	1.098	(389)	35	13.143
Veículos	947	-	-	-	947
Equipamentos de processamento de dados	12.017	1.639	(383)	208	13.481
Bens móveis em poder de terceiros	4.703	-	-	(4.703)	-
Construções em andamento	9.959	9.515	-	(1.395)	18.079
Outras imobilizações em andamento	3.748	2.981	-	(603)	6.126
Adiantamento para fornecedores de imobilizado	-	3.500	-	-	3.500
Importação em andamento	88	-	-	(88)	-
<b>Subtotal</b>	<b>338.335</b>	<b>30.966</b>	<b>(5.516)</b>	<b>(6.248)</b>	<b>357.537</b>
<b>Depreciação e amortização acumulada</b>					
Edificações	(20.085)	(2.332)	1	-	(22.416)
Edificações em imóveis de terceiros	(175)	(1)	-	-	(176)
Benefitorias em imóveis de terceiros	(435)	(40)	-	-	(475)
Instalações	(11.421)	(862)	393	-	(11.890)
Instalações em imóveis de terceiros	(9)	-	-	-	(9)
Bens imóveis em poder de terceiros	(7)	-	-	7	-
Máquinas e equipamentos hospitalares	(61.745)	(10.025)	3.467	-	(68.303)
Outras máquinas e equipamentos	(2.905)	(410)	123	-	(3.192)
Móveis e utensílios	(6.075)	(814)	327	-	(6.562)
Veículos	(855)	(31)	-	-	(886)
Equipamentos de processamentos de dados	(9.287)	(1.636)	374	-	(10.549)
Bens móveis em poder de terceiros	(39)	-	-	39	-
<b>Subtotal</b>	<b>(113.038)</b>	<b>(16.151)</b>	<b>4.685</b>	<b>46</b>	<b>(124.458)</b>
<b>Total</b>	<b>225.297</b>	<b>14.815</b>	<b>(831)</b>	<b>(6.202)</b>	<b>233.079</b>

**a.1) Taxas anuais de depreciação e amortização**

Contas	2013	2012
<b>Imobilizado</b>		
Edificações	0,11 a 6,66 %	0,17 a 5,00 %
Edificações em imóveis de terceiros	1,45 %	1,45 %
Benefitorias em imóveis de terceiros	0,53 a 2,00 %	0,53 a 2,00 %
Instalações	0,70 a 20,00 %	4,00 a 5,00 %
Bens imóveis em poder de terceiros	-	4,00 a 5,00 %
Máquinas e equipamentos hospitalares	2,04 a 33,33 %	4,00 a 33,33 %
Outras máquinas e equipamentos	0,70 a 33,33 %	4,00 a 33,33 %
Móveis e utensílios	0,84 a 33,33 %	4,00 a 33,33 %
Veículos	3,26 a 10,00 %	10,00 %
Equipamentos de processamento de dados	2,30 a 33,33 %	10,00 a 33,33 %
Bens móveis em poder de terceiros	-	4,00 a 20,00 %

**b) Composição do saldo e movimentação do custo do intangível**

Contas	2012	2013			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	
<b>Intangível</b>					
Software	955	-	-	-	955
Potencial construtivo	892	-	-	-	892
<b>Subtotal</b>	<b>1.847</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.847</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
Software	(711)	(199)	-	-	(910)
<b>Total</b>	<b>1.136</b>	<b>(199)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>937</b>

**b.1) Taxas anuais de amortização**

Contas	2013	2012
<b>Intangível</b>		
Software	33,33 %	33,33 %

Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. A mais valia foi acrescida nas contas respectivas do imobilizado tendo como contrapartida uma conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido, mantida com base na Lei nº 11.638/07. A partir de janeiro de 2009 as depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens suportado por laudo técnico elaborado por empresa especializada. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão suportadas por contratos de cessão de uso do imóvel, com prazo de vigência indeterminado, razão pela qual foram depreciadas de acordo com o prazo de vida útil estimado para os bens. A amortização de edificações em imóveis de terceiros, registrada no imobilizado, foi calculada conforme contrato vigente até 22 de setembro de 2015 e no intangível com base no tempo de vida útil estimado para utilização dos bens. Em 2010, conforme Interpretação Técnica – ICPC 10, foi criado o Comitê de Análise do Patrimônio formado por avaliadores internos e foi feita uma análise dos bens com valores relevantes que ainda estavam em operação e que apresentavam valor contábil diferente do seu valor justo, sendo-lhes atribuído novo valor, conforme laudo de avaliação a partir da data base 31 de dezembro de 2009. Tais valores foram reconhecidos no imobilizado e no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial desde 2010 (nota 15). Em 2013 as aquisições de bens e as respectivas avaliações do efetivo prazo de vida útil dos mesmos determinaram novos intervalos de taxas de depreciação. Do total do imobilizado, excluído os terrenos, 85% dos bens estão segurados contra incêndio, danos elétricos, explosões, fenômenos da natureza, roubos ou furto, sendo que parte destes bens foram oferecidos como garantia no pagamento de indenizações judiciais.

**NOTA 10 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Perdão de dívidas	Na demonstração do resultado			
	2013	2012		
	Não aplicável	Com o Hospital Cristo Redentor S.A.	Com o Hospital Fêmnia S.A.	No Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
Ganhos	-	27.824	25.260	53.084
Perdas	-	(27.154)	(20.555)	(47.709)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>670</b>	<b>4.705</b>	<b>5.375</b>

As perdas e ganhos são relativos ao perdão das dívidas, concedido pelo Conselho de Administração conforme registros próprios nas atas de 26 de junho e 19 de outubro de 2007. A partir de então foram cancelados os contratos de mútuo, perdoadas as dívidas acumuladas até então e adotou-se o perdão sistemático e continuado das transações entre os Hospitais, em virtude da falta de recursos financeiros dos Hospitais Cristo Redentor S.A. e Fêmnia S.A.. A título de doação os Hospitais repassam entre si material de consumo e recursos financeiros o que gera uma compensação parcial das perdas ocorridas durante o exercício neste Hospital. Os valores estão apresentados na demonstração do resultado do exercício e referem-se ao rateio de despesas administrativas, despesas com pessoal cedido e outras transações ocorridos até 30 de novembro de 2012, data da incorporação daqueles hospitais por este (nota 16).

**NOTA 11 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES COM EXIGIBILIDADE SUSPensa**

Contas	2013			2012		
	Principal	Encargos Acumulados	Total	Principal	Encargos Acumulados	Total
<b>Passivo circulante</b>						
<b>Impostos</b>						
IOF	95	60	155	95	53	148
IRPJ	116.900	37.320	154.220	116.900	28.275	145.175
ISSQN	9.278	1.585	10.863	5.940	729	6.669
IPTU	1.153	200	1.353	750	92	842
<b>Subtotal</b>	<b>127.426</b>	<b>39.165</b>	<b>166.591</b>	<b>123.685</b>	<b>29.149</b>	<b>152.834</b>
<b>Contribuições</b>						
INSS – Patronal e terceiros	994.543	247.427	1.241.970	789.620	180.048	969.668
INSS – Notificações fiscais	3.055	527	3.582	3.055	485	3.540
INSS – Parcelamento	4.392	5.614	10.006	4.392	5.343	9.735
COFINS	35.648	10.692	46.340	35.519	7.947	43.466
PIS/PASEP	7.739	2.322	10.061	7.711	1.725	9.436
CSLL	40.435	12.792	53.227	40.435	9.659	50.094
<b>Subtotal</b>	<b>1.085.812</b>	<b>279.374</b>	<b>1.365.186</b>	<b>880.732</b>	<b>205.207</b>	<b>1.085.939</b>
<b>Total</b>	<b>1.213.238</b>	<b>318.539</b>	<b>1.531.777</b>	<b>1.004.417</b>	<b>234.356</b>	<b>1.238.773</b>
Demonstração do resultado	2013			2012		
	Com exigibilidade suspensa	Outros custos e despesas	Total	Com exigibilidade suspensa	Outros custos e despesas	Total
Impostos sobre serviços	(3.368)	-	(3.368)	(2.339)	-	(2.339)
Custo dos serviços prestados	(177.004)	(896.415)	(1.073.419)	(110.483)	(575.168)	(685.651)
Despesas gerais e administrativas	(16.263)	(87.560)	(103.823)	(23.939)	(52.760)	(76.699)
Despesas financeiras	(84.113)	(57)	(84.170)	(50.552)	(122)	(50.674)
Provisão para CSLL	-	-	-	(9.221)	-	(9.221)
Provisão para IRPJ	-	-	-	(28.904)	-	(28.904)
<b>Total</b>	<b>(280.748)</b>	<b>(984.032)</b>	<b>(1.264.780)</b>	<b>(225.438)</b>	<b>(628.050)</b>	<b>(853.488)</b>

Desde o ano de 2006 o Hospital demanda na justiça em busca de imunidade tributária no pagamento de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais resultando nos atuais R\$ 1.531.777 em 2013 (R\$ 1.238.773 em 2012) de impostos e contribuições com exigibilidade suspensa. Com o trânsito em julgado do Recurso Extraordinário nº 580.264/RS, referente a impostos estaduais, ocorrido em 04 de novembro de 2013, o Hospital obteve a imunidade tributária recíproca com repercussão geral também para os processos de impostos federais e municipais. No entanto, como a administração tributária federal e municipal ainda não efetivou a baixa das dívidas dos impostos contemplados na referida Decisão do STF, os efeitos econômicos referente aos impostos federais e municipais também não foram registrados nestas Demonstrações Contábeis e Financeiras. Com relação as contribuições (INSS, COFINS, PIS/PASEP e CSLL), ainda que a decisão no processo em que reconhecia a repercussão geral não as contemple, a exigibilidade das mesmas encontra-se suspensa, tendo em vista decisão proferida pela Justiça Federal em Mandado de Segurança. Quanto às notificações fiscais do INSS, estão sendo contestadas através de recursos administrativos ou judiciais independentemente de efeito suspensivo. Os impostos e contribuições contabilizados antes do efeito suspensivo estão acrescidos de multa e juros, com base na taxa SELIC, aqueles apropriados após, apenas de juros. O valor de INSS-Parcelamento, parcelado em UFIR, teve suspensão o pagamento quando restavam 59 parcelas a serem pagas, estando estas acrescidas de juros à taxa de 1% ao mês.

**NOTA 12 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS**

Classificação de risco	Passivo							
	2013				2012			
	Circulante	Não circulante	Valor total	Quant. de proc.	Circulante	Não circulante	Valor total	Quant. de proc.
<b>Processos cíveis</b>								
Praticamente certo	1.559	-	1.559	9	2.967	-	2.967	14
Provável	-	8.206	8.206	47	-	7.751	7.751	47
Provável - imunidade	-	43.706	43.706	4	-	35.305	35.305	3
<b>Subtotal</b>	<b>1.559</b>	<b>51.912</b>	<b>53.471</b>	<b>60</b>	<b>2.967</b>	<b>43.056</b>	<b>46.023</b>	<b>64</b>
<b>Processos trabalhistas</b>								
Praticamente certo	460.446	-	460.446	1.435	465.190	-	465.190	1.733
Provável	-	278.583	278.583	1.552	-	186.145	186.145	1.009
<b>Subtotal</b>	<b>460.446</b>	<b>278.583</b>	<b>739.029</b>	<b>2.987</b>	<b>465.190</b>	<b>186.145</b>	<b>651.335</b>	<b>2.742</b>
<b>Total</b>	<b>462.005</b>	<b>330.495</b>	<b>792.500</b>	<b>3.047</b>	<b>468.157</b>	<b>229.201</b>	<b>697.358</b>	<b>2.806</b>

Para os processos ingressados na justiça a partir de novembro de 2012 a provisão esta sendo calculada por contadores, para os demais processos a provisão foi estimada por advogados, ambos profissionais subordinados à Assessoria Jurídica do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., ora com base na análise dos processos cíveis e trabalhistas em andamento, ora na utilização da média dos valores apurados em outros processos já decididos com pedidos similares. No decorrer do processo, os valores estimados e ou calculados são constantemente revisados, tendo em vista as decisões proferidas, sucessivamente. Os processos trabalhistas têm como indicador mensal de atualização o Fator de Atualização dos Débitos Trabalhistas – FADT acrescido de juros de 1% ao mês, e os cíveis a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM mais 1% ao mês. Os processos trabalhistas referem-se, basicamente, às ações movidas por empregados ativos, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas, sendo que muitas delas são ações plurímas. Os processos cíveis, na maioria dos casos, são movidos por pacientes e têm como objeto principal o dano moral e indenização por erro médico. Durante o ano de 2011 foi constituída provisão cível para pagamento de honorários aos advogados contratados para propor ação de imunidade tributária. Esta provisão está sendo atualizada mensalmente conforme cláusula contratual, e está contabilizada no passivo não circulante com classificação de risco provável, destacada no quadro acima com a expressão imunidade. Além da quantidade de processos já citados existem também os processos classificados com grau de risco possível, que não precisam ser contabilizados, conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.180/09 que aprovou a NBC TG 25.

Classificação de risco possível	2013		2012	
	Valor	Quant. de processos	Valor	Quant. de processos
Processos cíveis	34.425	329	26.896	355
Processos trabalhistas	64.913	559	103.702	898
<b>Total</b>	<b>99.338</b>	<b>888</b>	<b>130.598</b>	<b>1.253</b>

**NOTA 13 - SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS**

Contas/descrição	Passivo			
	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Subvenção para custeio</b>				
Saldo no início do exercício	-	-	6	-
Valor recebido no exercício	829.343	-	584.568	-
Valor registrado na receita	(829.343)	-	(584.574)	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Subvenção para investimento</b>				
Saldo no início do exercício	9.296	86.053	4.612	34.458
Valor recebido ou apropriado no exercício	-	32.631	-	24.044
Valor baixado no exercício	(150)	-	-	-
Transferência do saldo por incorporação	-	-	2.852	35.803
Transferências do longo para o curto prazo	17.303	(17.303)	8.252	(8.252)
Realização no exercício	(16.134)	-	(6.420)	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>10.315</b>	<b>101.381</b>	<b>9.296</b>	<b>86.053</b>
<b>Total</b>	<b>10.315</b>	<b>101.381</b>	<b>9.296</b>	<b>86.053</b>

A Lei nº 11.638/07, com vigência a partir de janeiro de 2008, revogou a letra "d" do § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76 que permitia registrar no patrimônio líquido as doações e subvenções para investimentos. Em cumprimento a referida legislação e também à Resolução nº 1.143/08, revogada e substituída pela 1.305/10, as subvenções recebidas do Ministério da Saúde são classificadas como: (i) subvenções para investimentos, contabilizadas no passivo e transferidas para o resultado do exercício, em conta retificadora da despesa de depreciação, na mesma proporção daquela despesa referente aos bens adquiridos com esses recursos, e (ii) subvenções para custeio, reconhecidas no resultado do exercício, como receita, quando utilizadas. Esta serve para custear despesa com pessoal, tais como folha de pagamento com encargos, indenizações trabalhistas e parte da despesa com manutenção.

**NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL**

Acionistas	Quantidade de ações			Participação sobre o capital total
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
União Federal	108.511.622	4.530.000	113.041.622	99,999995 %
Carlos Eduardo Nery Paes	6	-	6	0,000005 %
<b>Total</b>	<b>108.511.628</b>	<b>4.530.000</b>	<b>113.041.628</b>	<b>100,00 %</b>

Em 31 de dezembro, de 2013 e de 2012, o capital social de R\$ 7.446, subscrito e integralizado, é composto por ações sem valor nominal. Às ações do capital social está prevista a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, assegurando sempre aos acionistas com ações preferenciais, prioridade no recebimento de dividendos de 10% ao ano, maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, o que não se verifica em função da apuração de prejuízos que se acumulam ao longo dos anos. As ações do acionista minoritário foram cedidas a título precário pelo próprio Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. em função do artigo 206, inciso I, letra "d", da Lei nº 6.404/76 para o Diretor Superintendente, enquanto no exercício do cargo.

**NOTA 15 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL**

Contas	2013			2012			
	Saldo no início do exercício	Valor realizado no exercício	Saldo no final do exercício	Saldo no início do exercício	Saldo incorporado no exercício	Valor realizado no exercício	Saldo no final do exercício
<b>Em bens próprios</b>							
Terrenos	26.995	-	26.995	13.631	13.364	-	26.995
Edificações	24.655	(941)	23.714	12.415	12.776	(536)	24.655
Instalações	826	(258)	568	736	189	(99)	826
Máquinas e equip. hospitalares	670	(400)	270	393	430	(153)	670
Microcomputadores	-	-	-	87	1	(88)	-
Veículos	22	(14)	8	59	-	(37)	22
<b>Subtotal</b>	<b>53.168</b>	<b>(1.613)</b>	<b>51.555</b>	<b>27.321</b>	<b>26.760</b>	<b>(913)</b>	<b>53.168</b>
Provisão para CSLL e IRPJ	(18.077)	549	(17.528)	(9.289)	(9.098)	310	(18.077)
<b>Total</b>	<b>35.091</b>	<b>(1.064)</b>	<b>34.027</b>	<b>18.032</b>	<b>17.662</b>	<b>(603)</b>	<b>35.091</b>
<b>Em coligadas</b>							
Hospital Cristo Redentor S.A.	-	-	-	2.974	-	(2.974)	-
Hospital Fêmeina S.A.	-	-	-	2.018	-	(2.018)	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.992</b>	<b>-</b>	<b>(4.992)</b>	<b>-</b>

De acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade destacamos os itens 21 e 22 da Interpretação Técnica ICPC 10 que traz esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 28 – Propriedades para Investimentos, que esclarecem o seguinte: "21. Quando da adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 37 e 43 no que diz respeito ao ativo imobilizado, a administração da entidade pode identificar bens ou conjunto de bens de valores relevantes ainda em operação, relevância essa medida em termos de provável geração futura de caixa, e que apresentem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo (conforme definido no item 8 – Definições – do Pronunciamento CPC 04) em seus saldos iniciais. 22. Incentiva-se, fortemente, que no caso do item 21 desta Interpretação, na adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 seja adotado, como custo atribuído (deemed cost), esse valor justo. Essa opção é aplicável apenas e tão somente na adoção inicial, não sendo admitida revisão da opção em períodos subsequentes ao da adoção inicial. Consequentemente, esse procedimento específico não significa adoção da prática contábil da reavaliação de bens apresentada no próprio Pronunciamento Técnico CPC 27. A previsão de atribuição de custo na adoção inicial (deemed cost) está em linha com o conteúdo nas normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB (IFRS 1, em especial nos itens D5 a D8). Se realizada reavaliação do imobilizado anteriormente, enquanto legalmente permitida, e substancialmente representativa ainda do valor justo, podem seus valores ser admitidos como custo atribuído." A referida interpretação menciona também que o avaliador deve indicar a vida útil remanescente, o valor residual, e a nova taxa de depreciação. Recomenda ainda que o laudo deve ser aprovado pelo órgão deliberativo que tenha competência formal para fazê-lo, que estes valores sejam contabilizados na abertura do primeiro exercício social em que se aplicar o Pronunciamento Técnico CPC 27, que as demonstrações contábeis apresentadas para fins comparativos sejam ajustadas para considerar esse novo custo atribuído. Em 2010 foi apurado o custo atribuído (deemed cost) de bens móveis e imóveis, para determinar o valor justo dos bens mais relevantes: terrenos, prédios, instalações, microcomputadores, veículos e outros bens que estivessem, em 31 de dezembro de 2009, com seus valores contábeis, inferiores a quinze por cento do valor correspondente ao seu valor original corrigido, desde que este fosse superior a cem mil reais. Não foram objeto de análise os bens classificados como móveis e utensílios. Os valores dos ajustes estão registrados no ativo não circulante, no imobilizado, e a contrapartida no patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. As provisões para contribuição social e imposto de renda foram contabilizadas no passivo não circulante e em conta redutora do patrimônio líquido.

A conta de ajustes de avaliação patrimonial foi realizada na mesma proporção da depreciação dos bens. O valor realizado foi transferido para a conta de prejuízos acumulados. Como a base de cálculo da provisão para o imposto de renda e da contribuição social foram negativas no ano de 2013 os tributos realizados foram transferidos para a conta de prejuízos acumulados, tanto os valores contabilizados em conta redutora do patrimônio líquido, quanto sua contrapartida registrada no passivo não circulante.

**NOTA 16 - INCORPORAÇÃO**

A Assembléia Geral Extraordinária de 28 de setembro de 2012 aprovou a incorporação das empresas Hospitais Cristo Redentor S.A. e Fêmeina S.A. pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. As empresas incorporadas, de janeiro a novembro de 2012, mantiveram seus registros contábeis em escrituração própria. O resultado da incorporação dessas empresas foi registrado em 30 de novembro de 2012 diretamente no patrimônio líquido do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. (empresa incorporadora), portanto os resultados ora comparados das Demonstrações de Resultado, do Resultado Abrangente, do Valor Adicionado e dos Fluxos de Caixa, contém, em 2012, o resultado do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. acrescido apenas dos valores do mês de dezembro de 2012 das atuais filiais, Cristo e Fêmeina, enquanto que em 2013, contém o resultado integral das três unidades hospitalares.

**NOTA 17 - REMUNERAÇÕES PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES**

Tipo	2013			2012		
	Remuneração diretores	Remuneração empregados	Salário-base empregados	Remuneração diretores	Remuneração empregados	Salário-base empregados
Maior	23.025	28.059	13.484	21.439	27.097	12.329
Menor	20.774	1.339	1.067	19.490	1.224	976
Média	21.524	5.975	3.039	20.139	5.543	2.768

Nas remunerações são computados os benefícios e vantagens.

**NOTA 18 - PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA**

Foi implantado em 01 de agosto de 1998 o Plano de Contribuições Definidas - Fundo Gerador de Benefícios, um plano atuarial de previdência privada aos empregados, administrado pela empresa Bradesco Vida e Previdência S.A.. Participam do plano 26 empregados em 2013, 29 em 2012. O plano atuarial foi calculado segundo os parâmetros determinados pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1997 revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. A contribuição do Hospital é fixa em 8% sobre a remuneração dos participantes. O plano de benefícios foi concebido sob o critério técnico de renda mensal vitalícia, ou de renda mensal vitalícia reversível em 50% ao cônjuge, equivalente a 40% da remuneração bruta do participante na data da implantação do plano. A taxa de administração é de 2,8 % sobre o valor total das contribuições pagas pela instituidora e participantes. No exercício de 2013 as contribuições do Hospital foram de R\$ 555 (R\$ 320 em 2012) e a variação verificada é justificada em função do disposto na nota 16.

**NOTA 19 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Os ajustes se referem a correção de erros do exercício de 2012 ocorridos na provisão do imposto de renda em R\$ 21 e na contribuição social em R\$ 8, calculadas a menor, e em depreciação de bens calculada a maior em R\$ 45, totalizando um crédito na conta de prejuízos acumulados de R\$16.

**NOTA 20 - PREJUÍZO DO EXERCÍCIO**

Em virtude da ação de imunidade tributária ter ocasionado a suspensão dos pagamentos das contribuições previdenciárias, cota patronal e terceiros, não foram repassados pelo governo federal, os valores que seriam destinados a tais pagamentos, por não serem mais necessários. Como consequência os respectivos valores não estão registrados na receita de subvenção para custeio, porém as despesas referentes a essas contribuições, acrescidas de juros, no montante de R\$ 260.964 em 2013 (R\$ 176.322 em 2012), estão apropriadas, na despesa, contribuindo, substancialmente, para a formação do prejuízo do exercício. Contribuíram também, de maneira significativa para o prejuízo apurado no período, as provisões para férias (menos os adiantamentos) e indenizações trabalhistas, no montante de R\$ 214.119 em 2013 e R\$ 115.217 em 2012, registradas na despesa sem contrapartida na receita de subvenção para custeio de pessoal, que é recebida e contabilizada somente no mês do pagamento dessas despesas. O impacto total no prejuízo é de R\$ 475.084 em 2013 e R\$ 291.539 em 2012. Cabe destacar que no prejuízo do exercício de 2012 do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., como empresa incorporadora do Hospital Cristo Redentor S.A. e do Hospital Fêmeina S.A. foram agregados os prejuízos das empresas incorporadas, a partir de 01 de dezembro de 2012, enquanto que o valor apurado em 2013 contempla o prejuízo de janeiro a dezembro de 2013 das três unidades hospitalares (nota 16). Este fato, basicamente, explica a variação significativa entre os valores dos prejuízos apurados em 2013, de R\$ 474.380, e em 2012, de R\$ 237.004.

**NOTA 21 - CONTINUIDADE OPERACIONAL**

Para garantir a viabilidade econômica do Hospital se faz necessária a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e investimentos (nota 13) repassadas pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Carlos Eduardo Nery Paes  
Diretor Superintendente  
CPF nº 400.259.000-30

Paulo Ricardo Bobek  
Diretor Técnico  
CPF nº 467.620.430-20

Gilberto Barichello  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF nº 521.012.829-68

Rozinha Topanotti Trentin  
Contadora CRC/RS 41.119  
CPF nº 257.247.890-00

**8 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ilmos. Srs.

Diretores, Conselheiros e Acionistas do  
**HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.**  
Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis do **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração do Hospital é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Hospital para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**9 - PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, **DECIDE**, por unanimidade, recomendar, à Assembleia Geral de Acionistas, a aprovação das Contas do exercício de 2013, do **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.** – CNPJ nº 92.787.118/0001-20, por estarem as Demonstrações Financeiras, formalmente adequadas.

Brasília - DF, 11 de março de 2014.

Adail de Almeida Rollo  
Conselheiro de AdministraçãoAna Lúcia Ribeiro da Silva  
Conselheira de AdministraçãoCarlos Eduardo Nery Paes  
Conselheiro de AdministraçãoLumena Almeida Castro Furtado  
Conselheira de AdministraçãoMaria do Carmo  
Conselheira de Administração**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Em 31 de dezembro de 2013 o Hospital apresentava um montante de R\$ 2.221.311 mil negativos de patrimônio líquido gerado por prejuízos, determinando, conforme indicado na Nota Explicativa número 20, que para garantir a viabilidade econômica do Hospital, se faz necessário a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e investimentos repassadas pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às empresas em continuidade operacional normal e não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações, pressupondo-se o recebimento integral dos repasses oriundos do Ministério da Saúde para o custeio da folha de pagamento, encargos e investimentos referidos na nota explicativa número 13.

**Demonstração do Valor Adicionado**

Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A Demonstração do Valor Adicionado, apresentada para propiciar informações sobre o Hospital, não é requerida como parte integrante das demonstrações contábeis, contudo foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 12 de março de 2013, que não conteve qualquer modificação.

Porto Alegre, RS, 21 de fevereiro de 2014.

EXACTO AUDITORIA S/S  
CRC/RS 1544DANIEL EDUARDO RODRIGUES  
CONTADOR CRC/RS 30.361**10 - PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO, bem como do BALANÇO PATRIMONIAL e demais DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, elaborado pela empresa Exacto – Auditoria Independente S/S, em 20 de fevereiro de 2014, sem ressalvas, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Este Colegiado ainda tomou conhecimento das seguintes proposições a serem encaminhadas para deliberação da Assembléia Geral de Acionistas:

- Proposta da Destinação do Resultado – como o resultado apurado é prejuízo não existe lucro a ser destinado, apenas sua transferência para a conta Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido; e
- Proposta de Orçamento de Capital.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião de que os referidos documentos societários refletem a situação patrimonial, financeiramente e de gestão do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

Adicionalmente, por unanimidade, este Colegiado se manifesta favorável à submissão da proposta de destinação do Resultado do Exercício e do Orçamento de Capital à Assembleia Geral de Acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração, tendo em vista a estrutura de capital e situação financeira da Companhia projetada para o exercício de 2014.

Porto Alegre, 14 de março de 2014.

Arinaldo Bomfim Rosendo  
Conselheiro FiscalPaulo Ricardo de Souza Cardoso  
Conselheiro FiscalJarbas Barbosa da Silva Júnior  
Conselheiro Fiscal